



Alelo Instituição de Pagamento S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados dos exercícios	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Diante de um cenário desafiador devido alterações regulatórias e maior competição no mercado de benefícios, a Alelo vem respondendo de forma resiliente com crescimento do volume movimentado, diversificação do nosso portfólio e aprimoramento da experiência e entrega de valor aos nossos clientes.

No exercício, a Alelo registrou lucro líquido de R\$ 334,4 milhões, patrimônio líquido de R\$ 908,8 milhões e ativos totais de R\$ 7,5 bilhões.

Deste resultado, a Sociedade alocou para a distribuição de dividendos, conforme previsto em estatuto, 25% do lucro líquido, após as destinações legais.

A Sociedade buscará em 2023 o fortalecimento de sua posição em seus negócios centrais e adequação à nova regulação do Programa de Alimentação do Trabalhador. Também manteremos nossos esforços de diversificação de negócios e constante foco na experiência e satisfação do cliente.

Dessa maneira, Alelo tem investido em: proporcionar flexibilidade aos portadores dos cartões através do Alelo Tudo; na evolução de novos negócios sinérgicos e complementares com a plataforma de pedidos de refeições Pede Pronto; em Veloe como alavanca de inovação na cadeia de mobilidade; em ganho de eficiência através da evolução tecnológica com projetos estruturantes.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 30 de março de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
Alelo Instituição de Pagamento S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alelo Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Alelo Instituição de Pagamento S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021	Passivo	Nota explicativa	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.805.772	2.330.491	Fornecedores	13	56.494	54.965
Instrumentos financeiros	5	149.393	-	Contas a pagar operacionais	14	3.499.765	2.848.096
Contas a receber	6	3.592.694	3.137.031	Obrigações com portadores	15	2.450.409	2.276.175
Contas a receber		3.614.602	3.163.572	Programa de incentivo a vendas	16	10.112	20.878
(-) Provisão perdas esperadas		(21.908)	(26.541)	Salários e encargos	17	90.288	70.384
Impostos a recuperar	7	15.108	16.107	Impostos e contribuições a recolher	18	53.760	35.268
Despesas antecipadas	8	74.361	89.132	Passivos contingentes	22	6.693	7.264
Outros créditos	9	139.043	93.020	Dividendos	24.d	83.613	45.546
Depósito judicial	10	1.602	1.631	Arrendamento mercantil	23	4.958	4.256
Total do ativo circulante		6.777.973	5.667.412	Outras contas a pagar	19	185.496	116.045
				Total do passivo circulante		6.441.588	5.478.877
Instrumentos financeiros	5	-	130.303	Salários e encargos	17	4.541	8.020
Despesas antecipadas	8	21.963	21.870	Passivos contingentes	22	67.872	57.432
Depósito judicial	10	58.941	53.671	Outras contas a pagar	19	166	99
Ativo fiscal diferido	25.b	86.507	75.741	Passivo fiscal diferido	25.b	27.586	23.792
Imobilizado	11	23.553	30.290	Arrendamento mercantil	23	4.960	14.687
Intangível	12	486.610	399.857	Total do passivo não circulante		105.125	104.030
Total do ativo não circulante		677.574	711.732	Patrimônio líquido			
				Capital social	24.a	472.414	472.414
				Reserva legal	24.b	94.483	94.483
				Reserva de expansão	24.c	341.937	229.340
				Total do patrimônio líquido		908.834	796.237
Total do Ativo		7.455.547	6.379.144	Total do Passivo		7.455.547	6.379.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	26	2.210.976	1.850.226
Custo dos serviços prestados	27	(680.685)	(564.479)
Lucro bruto		1.530.291	1.285.747
Receitas/(despesas) operacionais			
Pessoal	28	(393.118)	(301.593)
Gerais e administrativas	29	(452.239)	(382.390)
Outras receitas / (despesas)		(4.421)	(4.965)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		680.513	596.799
Receitas financeiras	30	344.287	132.524
Despesas financeiras	30	(548.446)	(473.845)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		476.354	255.478
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	25.a	(148.876)	(63.758)
Diferidos	25.a	6.972	(9.534)
Lucro líquido dos exercícios		334.450	182.186
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$		167,225	91,093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado dos exercícios	<u>334.450</u>	<u>182.186</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>334.450</u></u>	<u><u>182.186</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucro		Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		472.414	94.483	162.623	-	729.520
Lucro líquido do exercício		-	-	-	182.186	182.186
Dividendos adicionais		-	-	(69.923)	-	(69.923)
Destinação do lucro líquido:						
Reserva de expansão		-	-	136.640	(136.640)	-
Dividendos obrigatórios	24.d	-	-	-	(45.546)	(45.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		472.414	94.483	229.340	-	796.237
Lucro líquido do exercício		-	-	-	334.450	334.450
Dividendos adicionais		-	-	(138.240)	-	(138.240)
Destinação do lucro líquido:						
Reserva de expansão		-	-	250.837	(250.837)	-
Dividendos obrigatórios	24.d	-	-	-	(83.613)	(83.613)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		472.414	94.483	341.937	-	908.834

As notas explicativas são parte integrante da demonstrações financeiras

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		334.450	182.186
Depreciações e amortizações	29	101.445	76.046
Provisão para perdas esperadas		(4.633)	(4.791)
Atualização programa de incentivo a vendas		(59.047)	(7.931)
Passivos contingentes		9.869	9.555
Ativos e Passivos fiscal diferido		(6.972)	9.534
Efeito da variação cambial sobre o caixa equivalentes de caixa		(2.604)	(409)
Resultado de bens de uso baixados		7.062	-
Juros sobre instrumentos financeiros		19.462	6.244
Juros sobre arrendamento mercantil		153	947
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais			
Instrumentos financeiros	5	(38.552)	(82.390)
Contas a receber	6	(451.030)	(535.202)
Imposto a recuperar	7	999	6.677
Despesas antecipadas	8	14.678	(24.786)
Outros créditos	9	(46.023)	(31.902)
Depósitos judiciais		(5.241)	(2.989)
Fornecedores		1.529	36.290
Contas a pagar operacionais	14	651.669	386.766
Obrigações com portadores	15	174.234	50.305
Programa de incentivo a vendas	16	48.281	(5.712)
Salários e encargos	17	16.425	17.202
Impostos e contribuições a recolher		95.993	40.086
Impostos pagos		(77.501)	(35.870)
Outras contas a pagar	19	69.518	(68.760)
Arrendamento mercantil a pagar		(9.178)	(3.402)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		844.986	17.694
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível		(189.201)	(163.165)
Alienações no imobilizado		678	9.210
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(188.523)	(153.955)
Aumento/(redução) nas atividades de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	24.d	(183.786)	(116.274)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		(183.786)	(116.274)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		472.677	(252.535)
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		2.330.491	2.582.617
Efeito da variação cambial sobre o caixa equivalentes de caixa		2.604	409
Saldo final		2.805.772	2.330.491
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		472.677	(252.535)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Alelo S.A. (“Sociedade” ou “Alelo”), em 31 de maio de 2022, alterou sua denominação social para Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Sociedade” ou “Alelo”), uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Holding Financeira S.A. (“EloH”), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512 - 3º, 4º e 16º andares, edifício “Condomínio Evolution Corporate” - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via “tag” e plataforma de pedidos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

- Realização dos créditos e débitos tributários, vide nota 25.c;
- Provisão de contingências trabalhistas, vide nota 22; e
- Perda de crédito esperada, vide nota 6.

d. Normas emitidas ou alterações

d.1. Normas emitidas, vigentes

As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo IASB, não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- CPC 25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” – Custos para cumprir um contrato;
- CPC 06 “Arrendamentos” – Benefícios relacionados a COVID concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021;
- CPC 15 “Combinações de Negócios” – Referências à estrutura conceitual;
- CPC 27 “Ativo imobilizado” – Receitas antes do uso pretendido;

d.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo IASB, mas não foram adotadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro” – Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” – Divulgação de Políticas Contábeis;
- CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro” – Definição da estimativa contábil – Definição de estimativa contábil;
- CPC 32 “Tributos sobre o Lucro” – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.
- CPC 50 “Contratos de Seguros” - Princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro;

A Sociedade não espera impacto relevante na adoção dessas alterações.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação

que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- *Solely Payments of Principal and Interest* (“SPPI”): uma das condições para se classificar um instrumento financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a

duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;

- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por

impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou;
- a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas, compreendem as despesas pagas antecipadamente que serão consideradas como custos ou despesas no decorrer do exercício seguinte, devem ser contabilizados nesta conta os valores correspondentes a prêmios de seguros, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos – Desenvolvidos internos (Lei 11.638/07/CPC 04)	5 anos
Software e licenças	5 anos

f. *Ágio (goodwill)*

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

g. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

g1. *Ativos financeiros*

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

g2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins

de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.
- **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

j. Reconhecimento da receita operacional

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

- **Receita adquirente**

Referem-se as tarifas e taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais pela utilização dos cartões Alelo, tais como comissão, anuidade e tarifas, as mesmas são cobradas e reconhecidas nas liquidações aos estabelecimentos comerciais.

- **Receita emissor**

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e reconhecidas quando recebemos os pagamentos.

- **Receita de comissão de vendas**

Referem-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados dos seus parceiros pela captação/indicação de clientes, e o reconhecimento é via emissão de nota fiscal.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- Determinar o preço das transações;
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;
- Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando mesmo obtém o controle dos bens e serviços.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

l. Outras receitas/(despesas) operacionais

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

m. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento da Alelo incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos

- de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Sociedade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Sociedade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

n. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Moeda nacional	99.157	31.251
Fundos de investimentos ^(a)	2.513.124	1.906.651
Certificado de depósito bancário - CDB's ^(b)	150.141	333.963
Moeda estrangeira ^(c)	43.350	58.626
	<u>2.805.772</u>	<u>2.330.491</u>

- (a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Asset Management, que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês, que tem como política e objetivo investir em títulos de renda fixa referenciados pelo DI.
- (b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.
- (c) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício.

Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.

5 Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

	Vencimento	2022	2021
	Até 365 dias	Total	Total
		Custo amortizado	Custo amortizado
Títulos privados			
Letras financeiras do tesouro-LFT	13	13	-
Letras financeiras – LF	150.393	150.393	130.905
(-) Perda esperada	(1.013)	(1.013)	(602)
	149.393	149.393	130.303
Curto prazo		149.393	-
Longo prazo		-	130.303

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Letras financeiras	Custo amortizado	150.393	150.393	130.905	130.905
Letras financeiras do tesouro	VJR	13	13	-	-
Certificado de depósito bancário - CDB's	Custo amortizado	-	-	78.191	78.191
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	149.128	149.128	255.170	255.170
Fundos de investimentos	VJR	2.513.124	2.513.124	1.906.651	1.906.651
Contas a receber	Custo amortizado	3.592.694	3.592.694	3.137.031	3.137.031
Mútuo a receber	VJR	7.903	7.903	-	-
		6.413.255	6.413.255	5.507.948	5.507.948

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2022	2021	Nível
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	149.128	255.170	Nível 2
Letras financeiras do tesouro	VJR	13	-	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	2.513.124	1.906.651	Nível 2
Contas a receber	Custo amortizado	3.592.694	3.137.031	Nível 3
Mútuo a receber	VJR	7.903	-	Nível 3
		6.262.862	5.298.852	

Não houve transferência entre níveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- (a) **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- (b) **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.
- (c) **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- O uso de preços de cotas de fundos divulgados pelos respectivos administradores.

6 Contas a receber, líquido das perdas esperadas

	2022	2021
Contas a receber de clientes	3.258.657	2.958.065
Contas a receber partes relacionadas ^(a)	355.945	205.507
(-) Provisão de perdas esperadas	(21.908)	(26.541)
	3.592.694	3.137.031

- (a) Refere-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao BB Elo Cartões Participações S.A. e ao Banco Bradesco S.A. referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, vide nota explicativa 20.

Adicionalmente ao modelo de provisionamento para fins de apuração de risco de crédito da carteira de clientes a receber, apuram-se as exposições decorrentes de:

	2022	2021
LDP (a)	(347)	-
Instrumentos Financeiros (b)	(666)	(602)
	(1.013)	(602)

- (a) Refere-se substancialmente a valores a receber decorrentes de exposições caracterizadas como baixo nível de risco (LDP – *Low Default Portfólio*).
- (b) Refere-se a exposições de instrumentos financeiros (TVM - Títulos e Valores Mobiliários) elegíveis ao cálculo de perda esperada de acordo com as estratégias da tesouraria e as diretrizes do CPC-48.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	(27.143)	(32.230)
Acréscimos	(10.634)	(4.419)
Reversões	14.856	9.506
Saldo final	(22.921)	(27.143)

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados à Contas a Receber de Clientes e, de Partes Relacionadas.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a instituição incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 31.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos.

A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base nas diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando alteração significativa nas variáveis do modelo.

As modelagens internas permitem a construção de uma matriz de perda esperada para cada grupo de risco e faixa de atraso, considerando as variáveis PD e LGD históricas da instituição.

Os índices de perda da matriz são apurados por meio de uso de método de 'rolagem' com base na probabilidade de um saldo a receber avançar para estágios sucessivos de atraso até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas de acordo com os grupos de riscos identificados na modelagem que apresentam características de risco de crédito comuns.

A EAD representa o valor de exposição ao risco de crédito na data de sua mensuração, e considera instrumentos de mitigação de riscos baseados e seguro garantia, e técnicas de *Override* para redução de valores recebidos e ainda não baixados.

O produto Veloe conta com modelo de apuração de provisão para perdas esperadas específico dado seu modelo de negócio direcionado a clientes de varejo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

31 de dezembro de 2022	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A Vencer até 3 dias	2.906.448	0,10%	2.732
Vencido 4-30 dias	87.914	1,70%	1.505
Vencido 31-60 dias	2.947	2,10%	61
Vencido 61-90 dias	3.242	4,50%	145
Vencido 91-360 dias	5.290	15,90%	841
Vencido há mais de 360 dias	16.624	100,00%	16.624
Total	3.022.465		21.908

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A Vencer até 3 dias	2.424.059	0,10%	3.058
Vencido 4-30 dias	25.031	8,20%	2.059
Vencido 31-60 dias	2.397	14,80%	356
Vencido 61-90 dias	1.389	50,50%	702
Vencido 91-360 dias	2.512	73,90%	1.858
Vencido há mais de 360 dias	18.508	100,00%	18.508
Total	2.473.896		26.541

A composição da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e ativos de contrato durante o ano estão representadas na tabela a seguir:

	2022	2021
Contas a receber	(21.908)	(26.541)
LDP	(347)	-
Instrumentos financeiros	(666)	(602)
Total	(22.921)	(27.143)

7 Impostos a recuperar

	2022	2021
PIS e COFINS	7.916	8.555
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	7.192	7.345
Imposto de renda e contribuição social	-	207
	15.108	16.107
Circulante	15.108	16.107
Não circulante	-	-

8 Despesas antecipadas

	2022	2021
Contratos de manutenção (a)	70.392	68.160
Descontos concedidos (b)	24.789	30.475
Serviços profissionais	937	2.813
Assinaturas e seguros	206	9.016
Outros	-	538
	96.324	111.002
Circulante	74.361	89.132
Não circulante	21.963	21.870

- (a) Referem-se, substancialmente, as despesas antecipadas com contratos de sustentação de serviços de TI, os quais serão diferidos durante a vigência dos contratos
- (b) Referem-se aos descontos concedidos a clientes de acordo com negociações comerciais, os quais serão apropriados ao longo da vigência do contrato.

9 Outros créditos

	2022	2021
Adiantamento a fornecedores ^(a)	106.232	70.057
Adiantamento a funcionários	18.883	17.444
Mútuo a receber ^(b)	9.332	-
(-) Ajuste a valor justo ^(b)	(1.429)	-
Outros créditos	6.025	5.519
	139.043	93.020
Circulante	139.043	93.020
Não circulante	-	-

- (a) Refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedor de seus produtos vale transporte e pré-pago.
- (b) Em 30 de março de 2022, a Alelo firmou um contrato de mútuo com uma empresa de tecnologia, com vencimento em 20 de novembro de 2023. O empréstimo concedido no valor de R\$ 9.000, foi desembolsado em duas parcelas semestrais de R\$ 4.500, o contrato prevê cláusula de opção de compra de ações, pela contratante. Este mútuo foi avaliado a valor justo, de acordo com o CPC 48.

10 Depósitos judiciais

	2022	2021
Fiscal	58.906	53.643
Trabalhista	1.602	1.631
Depósito garantia	1	1
Bloqueio Judicial	34	27
	60.543	55.302
Circulante	1.602	1.631
Não circulante	58.941	53.671

11 Imobilizado

	2022		2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	6.073	(2.613)	3.460	1.342
Móveis e equipamentos de uso	3.718	(1.543)	2.175	1.049
Sistemas de processamento de dados	14.530	(9.480)	5.050	7.026
Sistemas de comunicação	7.316	(4.692)	2.624	3.477
Outras imobilizações ^(a)	2.846	(1.805)	1.041	-
Direitos de uso sobre bens	19.529	(10.326)	9.203	17.396
	54.012	(30.459)	23.553	30.290

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Taxa anual de depreciação	Saldo final 31.12.2021	Entrada	Baixas	Depreciação	Saldo final 31.12.2022
Imobilizado de Uso						
Instalações	10%	1.342	2.623	-	(505)	3.460
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.049	1.423	-	(297)	2.175
Sistemas de processamento de dados	20%	7.026	639	-	(2.615)	5.050
Sistemas de comunicação	20%	3.477	53	-	(906)	2.624
Outras imobilizações (a)	20%	-	1.898	(678)	(179)	1.041
Direitos de uso sobre bens (Aluguéis e outros)	16,67%	12.835	5.026	(7.062)	(3.743)	7.056
Direitos de uso sobre bens (Maquinários)	33,33%	4.561	241	-	(2.655)	2.147
Total		30.290	11.903	(7.740)	(10.900)	23.553

(a) Refere-se a benfeitorias de bens de terceiros.

No exercício de 2022 foram realizadas baixas no ativo imobilizado no montante de R\$ 7.740, sendo R\$ 18.936 de custo e R\$ 11.196 de depreciação (R\$ 9.210, sendo 15.896 de custo e R\$ 6.686 de depreciação em 31 de dezembro de 2021).

12 Intangível

	2022		2021	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software e licenças	91.104	(55.097)	36.007	42.953
Marcas e patentes	2.002	-	2.002	2.002
Projetos corporativos ^(a)	639.033	(226.452)	412.581	318.629
Carteira de clientes	1.262	(505)	757	1.010
Ágio - rentabilidade futura ^(b)	48.420	(13.157)	35.263	35.263
	781.821	(295.211)	486.610	399.857

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Taxa anual de amortização	Saldo final em 31.12.2021	Aquisições	Amortização	Saldo final em 31.12.2022
Software e licenças	20%	42.953	6.974	(13.920)	36.007
Marcas e patentes	-	2.002	-	-	2.002
Projetos corporativos (a)	20%	318.629	170.324	(76.372)	412.581
Carteira de clientes	20%	1.010	-	(253)	757
Ágio - rentabilidade futura (b)	-	35.263	-	-	35.263
Total		399.857	177.298	(90.545)	486.610

- (a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor, substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.
- (b) O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 refere-se ao ágio da aquisição das empresas Smart e Pede Pronto. O ágio fundamentado com expectativa de rentabilidade futura foi amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi realizado teste de *impairment*, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável.

Nos exercícios de 2022 e 2021 não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

13 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores - administrativo	53.668	53.804
Fornecedores - benefícios de folha	2.826	1.161
	56.494	54.965
Circulante	56.494	54.965
Não circulante	-	-

14 Contas a pagar operacionais

Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados no passivo. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo corresponde a R\$ 3.499.765 (R\$ 2.848.096 em 31 de dezembro de 2021), liquidados em aproximadamente 20 dias.

15 Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$ 2.450.409 (R\$ 2.276.175 em 31 de dezembro de 2021) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários. A liquidação dessa obrigação ocorre de acordo com a utilização do benefício pelo portador do cartão Alelo.

16 Programa de incentivo a vendas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$ 10.112 (R\$ 20.878 em 31 de dezembro de 2021) e refere-se ao comissionamento devido aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Alelo. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total faturado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas com os clientes. A liquidação ocorre mensalmente ou trimestralmente após apuração do valor comissionado via emissão e pagamento de nota fiscal.

17 Salários e encargos

	2022	2021
Participação nos lucros	55.501	48.228
Provisão de férias	20.993	15.323
Encargos sociais	14.512	10.722
Outros	3.823	4.131
	94.829	78.404
Circulante	90.288	70.384
Não circulante	4.541	8.020

18 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
COFINS	21.438	17.160
IRRF a recolher	11.029	8.176
Provisão de imposto de renda e contribuição social	10.125	-
Outros tributos a recolher	6.604	6.251
PIS	4.564	3.681
	<u>53.760</u>	<u>35.268</u>
Circulante	53.760	35.268
Não circulante	-	-

19 Outras contas a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Crédito a cliente ^(a)	113.289	52.654
Provisão de custo dos serviços prestados	29.203	15.868
Provisões gerais e administrativas	11.658	24.046
Serviços técnicos especializados	11.357	9.851
Desenvolvimento, manutenção e suporte	7.562	6.350
Provisão de marketing	5.597	1.179
Contas a pagar - partes relacionadas - (nota 20)	5.089	4.417
Receita diferida	1.741	1.680
Outras contas a pagar	166	99
	<u>185.662</u>	<u>116.144</u>
Circulante	185.496	116.045
Não circulante	166	99

(a) Referem-se, substancialmente, a devoluções de benefícios, as quais retornam ao cliente via cartas de crédito, ou desconto na próxima fatura.

20 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard, BB Elo Cartões Participações S.A., e Elo Participações Ltda), acionista direto (Elo Holding Financeira S.A.) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Cielo S.A., Elo Serviços S.A. e Banco Digio S.A.

	2022		2021	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e equivalentes de caixa				
Banco Bradesco S.A.	2.073.151	166.798	1.538.713	58.785
Banco do Brasil S.A.	729.274	34.984	569.220	16.299
Banco Digio S.A.	-	4.530	144.147	6.624
Instrumentos Financeiros				
Banco Bradesco S.A.	13	-	-	-
Contas a receber ^(a)				
Banco Bradesco S.A.	202.701	-	184.344	-
BB Elo Cartões Participações S.A.	43.085	-	17.477	-
Cielo S.A.	76.931	-	1.042	-
Elo Serviços S.A.	-	-	5	-
Banco Digio S.A.	33.228	159.756	2.639	26.225
Programa de incentivo a vendas ^(b)				
Banco Bradesco S.A.	4.291	(84.266)	(8.862)	(100.390)
Banco do Brasil S.A.	(1.906)	(75.468)	(1.663)	(93.734)
Dividendos a pagar				
Elo Participações Ltda.	-	-	(45.547)	-
Elo Holding Financeira S.A.	(83.613)	-	-	-
Outras contas a pagar				
Banco Bradesco S.A.	1.685	(5.784)	(31)	(7.070)
Banco do Brasil S.A.	(701)	(2.278)	(244)	(1.382)
Cielo S.A.	-	(53.617)	-	(52.799)
Elo Participações Ltda.	-	-	(4.142)	(43.247)
Elo Serviços S.A.	-	(7.800)	-	(6.897)
Contas a pagar operacionais				
Banco Digio S.A.	(605.545)		(473.789)	

(a) Refere-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo.

(b) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

21 Remuneração pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	2022	2021
Salários e benefícios de curto prazo	14.559	14.972
Bônus de longo prazo	5.295	1.292
	19.854	16.264

22 Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo. (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b. Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

c. Obrigações legais – tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos, baseado em riscos de cada processo, seguindo a norma de provisão tributária.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	2022	2021
Fiscais	71.958	61.000
Trabalhistas e previdenciárias	1.397	2.953
Cíveis	1.210	743
	74.565	64.696
Circulante	6.693	7.264
Não circulante	67.872	57.432

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está representada no quadro abaixo:

	Saldo inicial	Adições	Reversões/ baixas	Atualizações monetárias	Saldo final
	31.12.2021				31.12.2022
Trabalhistas e previdenciárias	2.953	140	(3.222)	1.526	1.397
Fiscais	61.000	45	(45)	10.958	71.958
Cíveis	743	2.061	(2.505)	911	1.210
	64.696	2.246	(5.772)	13.395	74.565

d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	2022	2021
Trabalhistas	4.407	5.008
Cíveis	2.664	3.589
Tributárias ^(a)	378.706	345.607
	385.777	354.204

- (a) Em 2021 foram realizadas as atualizações dos valores estimados de riscos conforme norma tributária vigente, e a atualização de avaliação de risco pertencente a essa carteira, conforme movimentação processual.

23 Arrendamento mercantil

A Sociedade arrenda o edifício onde está localizada. Esse arrendamento normalmente dura 5 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, baseados em alterações do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). E a periodicidade de pagamento da parcela do arrendamento é liquidada mensalmente.

A Sociedade arrenda equipamentos de TI com prazos de contratos de 3 anos, os contratos de prazo inferior e ou de baixo valor a companhia optou por não reconhecer em ativos de bens de uso. Os pagamentos de arrendamentos possuem parcelas fixas e são liquidados mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas abaixo:

	Saldo final	Adição	Baixa	Aluguéis	Juros	Saldo final
	31.12.2021					31.12.2022
Arrendamento mercantil	18.943	5.266	(7.061)	(7.383)	153	9.918
	18.943	5.266	(7.061)	(7.383)	153	9.918
Circulante	4.256					4.958
Não circulante	14.687					4.960

a. Opções de prorrogação

Os contratos de arrendamento possuem a opções de renovação sem data limite estipuladas para requerimento por parte da companhia observando somente que no vencimento do contrato vigente a companhia deverá devolver o espaço ou itens arrendados objeto do contrato em perfeitos estado de conservação.

b. Taxas de desconto

A taxa de desconto considerada pela Sociedade com base no custo do dinheiro aplicado em CDI via projeção do cenário econômico de curto prazo para os prazos de seu contrato, ajustada à sua realidade e características do contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidência as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por ano e taxa média de desconto	Taxa % a.a.
Ano 2022	6,40
Ano 2023	13,03
Ano 2024	9,42

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	11.040	9.918
Pis/Cofins potencial (9,25%)	1.021	917

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 472.414, representado por 2.000.000 ações, sendo 1.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000 de ações preferenciais.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

Acionista	2022		2021	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Elo Participações Ltda.	-	-	2.000.000	100
Elo Holding Financeira S.A.	2.000.000	100	-	-
Total	2.000.000	100	2.000.000	100

Reorganização societária

Em 31 de maio de 2022, através de Reunião Ordinária de Sócios, a Elo Participações Ltda., transferiu R\$ 796.237 equivalente a 100% das ações da Alelo Instituição de Pagamento S.A., para sua controlada direta Elo Holding Financeira S.A. sendo assim a Elo Participações Ltda passa a ter controle indireto sobre a Alelo. Essa transação não gerou resultado financeiro pois trata-se de uma transação entre partes relacionadas.

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve constituição da reserva legal, pois a mesma encontra-se no limite de 20% do capital social, totalizando o montante de R\$ 94.483.

c. Reserva de expansão

Conforme determinação dos acionistas, os lucros não distribuídos são destinados à reserva de expansão, e em 31 de dezembro de 2022 a reserva apresenta um saldo de R\$ 341.937 (R\$ 229.340 em 2021).

d. Dividendos propostos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou dividendos propostos no montante de R\$ 83.613 (R\$ 45.546 em 31 de dezembro de 2021).

Em 06 de maio de 2022, foi deliberado através de Assembleia Geral Extraordinária, o pagamento de dividendos adicionais referente ao exercício de 2021, no montante de R\$ 138.240 (R\$ 69.923 em 2021).

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	476.354	255.478
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	161.960	86.863
<u>Efeito no cálculo dos tributos:</u>		
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis	3.355	3.214
Provisão para perdas do valor recuperável	7.449	9.229
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.972)	9.533
Participação nos lucros - funcionários	3.656	3.286
Provisão para despesas administrativas	(6.028)	(23.208)
Incentivos fiscais	(8.094)	(4.151)
IRPJ e CSLL – reversões de anos anteriores	(13.422)	(11.474)
Imposto de renda e contribuição social	141.904	73.292
Sendo:		
Impostos correntes	148.876	63.758
Impostos diferidos	(6.972)	9.534
Despesa contabilizada	141.904	73.292

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
Provisão para contingências fiscais	19.527	3.550	-	23.077
Provisão para contingências trabalhistas	1.004	-	(529)	475
Provisão para contingências cíveis	1.466	335	-	1.801
Provisão Fee - Visa / Elo	774	-	(282)	492
Provisão de participação nos lucros	13.671	4.223	-	17.894
Provisão administrativa	17.654	6.410	-	24.064
Provisão para perdas do valor recuperável	9.228	-	(1.435)	7.793
Provisão de receitas/descontos concedidos	4.914	-	(3.732)	1.182
Outros valores	7.503	2.226	-	9.729
Total dos créditos tributários	75.741	16.744	(5.978)	86.507
Prejuízo fiscal / base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	75.741	16.744	(5.978)	86.507
Ágio	(11.040)	-	-	(11.040)
Arrendamento mercantil (CPC 06)	(9.792)	(2.004)	-	(11.796)
Atualização depósito judicial	(2.960)	(1.790)	-	(4.750)
Total dos passivos diferidos	(23.792)	(3.794)	-	(27.586)
Total líquido dos impostos diferidos	51.949	12.950	(5.978)	58.921

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Diferenças temporárias			Ágio			Total geral
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Até 1 ano	39.904	14.717	54.621	-	-	-	54.621
Até 2 anos	523	188	711	-	-	-	711
Até 3 anos	1.254	452	1.706	-	-	-	1.706
Até 4 anos	2.545	916	3.461	-	-	-	3.461
Até 5 anos	6.958	2.504	9.462	-	-	-	9.462
Acima de 5 anos ^(a)	-	-	-	(8.119)	(2.921)	(11.040)	(11.040)
Total	51.184	18.777	69.961	(8.119)	(2.921)	(11.040)	58.921

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2022, calculado considerando a taxa Selic 13,75%, líquido dos efeitos tributários, o saldo corresponde a R\$ 56.760 (R\$ 61.346).

- (a) O montante de passivo diferido de R\$ 11.040 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015 proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda.

Todos os créditos tributários da Alelo foram devidamente ativados.

26 Receita operacional líquida

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de aquisição	2.032.256	1.838.761
Receita de emissores	291.526	214.342
Receita de comissão de vendas	173.545	37.755
Impostos sobre serviços	<u>(286.351)</u>	<u>(240.632)</u>
	<u>2.210.976</u>	<u>1.850.226</u>

27 Custo dos serviços prestados

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com vendas	(245.749)	(221.814)
Captura e processamento	(174.899)	(144.666)
Manutenção e sustentação	(102.663)	(70.561)
Central de atendimento	(95.171)	(75.536)
Emissão e personalização	(28.766)	(26.001)
Entrega e distribuição	(23.450)	(22.827)
Implantações de novos contratos (clientes)	(20.155)	(22.802)
Outros custos	(15.801)	(17.089)
Fee bandeira	(9.169)	(7.458)
Antecipação de recebíveis	(7.107)	(6.436)
Custo com logística	(291)	(661)
Créditos tributários ^(a)	42.536	51.372
	<u>(680.685)</u>	<u>(564.479)</u>

(a) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

28 Despesas com pessoal

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários	(186.917)	(143.921)
Benefícios	(70.044)	(52.532)
Encargos	(69.091)	(54.075)
Gratificação	(58.409)	(42.183)
Outros	(6.239)	(6.563)
Treinamento	<u>(2.418)</u>	<u>(2.319)</u>
	<u>(393.118)</u>	<u>(301.593)</u>

29 Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas de marketing	(120.848)	(88.052)
Infraestrutura	(103.683)	(90.794)
Depreciações e amortizações	(101.444)	(76.046)
Centro de atividades compartilhadas - CAC (nota 20)	(58.930)	(43.247)
Honorários profissionais	(24.057)	(27.674)
Outras despesas administrativas	(14.797)	(39.389)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(14.180)	(1.001)
Serviços de terceiros	(6.895)	(10.907)
Despesas de contribuições e doações	(4.575)	(2.751)
Despesas com telefonia	(2.351)	(2.183)
Despesas com material de escritório	(263)	(222)
Tributos e taxas administrativas	(216)	(124)
	<u>(452.239)</u>	<u>(382.390)</u>

30 Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras	235.021	88.333
Programa de incentivo de vendas	83.424	19.611
Juros e multas recebidos	12.307	10.578
Antecipação de recebíveis	8.014	8.556
Variação cambial positiva	2.959	118
Outras receitas	2.562	1.433
Atualizações monetárias	-	3.895
Total de receitas financeiras	<u>344.287</u>	<u>132.524</u>
Deduções e bonificações ^(a)	(495.302)	(441.856)
Programa de incentivo de vendas	(24.377)	(11.681)
Outras despesas	(16.453)	(10.694)
Despesas bancárias	(11.443)	(8.572)
Atualização monetária	(718)	(95)
Juros arrendamento mercantil	(153)	(947)
Total de despesas financeiras	<u>(548.446)</u>	<u>(473.845)</u>
Resultado financeiro	<u>(204.159)</u>	<u>(341.321)</u>

(a) Aplicação de descontos e/ou bonificações para manutenção e/ou captação de contratos, como incentivo comercial.

31 Gestão de riscos

a) Contexto operacional

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e à Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora direta “Elopar” de forma à garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

b) Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para a Sociedade. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

c) Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta a risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado é realizado através do cálculo do EVE (*Economic Value of Equity*), adaptado ao modelo de negócio da instituição, onde são apurados os impactos das variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros da instituição.

A sociedade considera como cenário base um choque de 300bps (*bases points*) no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Exposição ao risco de mercado	2.813.671	2.371.546
Choque 300bps R\$/MM	24.210	10.632
Choque 300bps % PL	2,70%	1,30%

A sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias.

A sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR (Liquidity Coverage Ratio), adaptado ao modelo de negócio da instituição, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizadas e projetados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Passivos financeiros não derivativos	Total	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Fornecedores	56.494	56.494	-
Contas a pagar operacionais	3.499.765	3.499.765	-
Obrigações com portadores	2.450.409	2.450.409	-
Programa de incentivo a vendas	10.112	10.112	-
Salários e encargos	94.829	90.288	4.541
Impostos e contribuições a recolher	53.760	53.760	-
Passivos contingentes	74.565	6.693	67.872
Dividendos	83.613	83.613	-
Arrendamento mercantil	9.918	4.958	4.960
Outras contas a pagar	185.662	185.496	166
Passivo fiscal diferido	27.586	-	27.586
Total	6.546.713	6.441.588	105.125

Os valores classificados em “Contas a pagar operacionais” decorrem dos valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais, conforme utilização dos instrumentos de pagamentos dos usuários de cartões, e dessa forma compõem agenda de liquidação junto aos estabelecimentos credenciados.

Dado o modelo de negócio da companhia em administrar recursos de clientes disponíveis para utilização por meio de seus instrumentos de pagamento, e formação de agenda para liquidação em aproximadamente 20 (vinte) dias para os estabelecimentos, todos os valores são considerados disponíveis para uso, ou seja, com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da companhia.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

d) Risco operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da “EloPar” controladora da Sociedade.

e) Gestão de capital e risco reputacional

A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional, é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Alelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

32 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 17.599 para danos materiais e R\$ 141 para responsabilidade civil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 54.329 e R\$ 425 respectivamente).

33 Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades exercidas pela Sociedade estão sujeitas à regulação e supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação complementar editada pelo próprio BACEN. Neste sentido, a Sociedade deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A Sociedade tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento pelo BACEN.

Em complemento às demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade estará sujeita à divulgação, a partir da autorização de funcionamento emitida pelo BACEN, das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, o qual diverge de algumas práticas adotadas atualmente.

A Sociedade recebeu a autorização do BACEN para exercer as atividades como instituição de pagamento.

34 Eventos subsequentes

Não foram registrados eventos subsequentes até a data do encerramento dessa demonstração financeira.

Alelo Instituição de Pagamento S.A.



Cesario Narihito Nakamura
Diretor Presidente

Esther Dalmas
Diretora

Leandro Jose Susin
Diretor

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos
Contador
CRC 1SP225353/O-0